

A AUTONOMIA DAS MULHERES NA ESCOLHA DA VIA DE PARTO

Mariana Vieira Lopes¹
Maria Raquel Antunes Casimiro²
Anne Caroline de Sousa³
Edna Talles Lima Cavalcanti⁴
Catarina Dias Duarte⁵
Geane Silva Oliveira⁶

RESUMO: **Introdução:** A autonomia das mulheres na escolha da via de parto é um tema fundamental para a promoção dos direitos reprodutivos e da saúde materna. A pesquisa tem como tema: a autonomia das mulheres na escolha da via do parto. Nessa perspectiva, foi adotado como **questão-norteadora:** será que as mulheres têm de fato autonomia na escolha da via do parto? E a **metodologia:** o presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, baseada na questão norteadora supracitada. A coleta dos dados aconteceu entre os meses de fevereiro e março do ano de 2025 através das bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), recorrendo aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): dois descritores ('Trabalho de Parto' e 'parto'), e ainda, o uso de seus sinônimos ('liberdade de parto', 'parturiente', 'nascimento', 'parturição'). Para os critérios de inclusão foram adotados: artigos publicados entre os anos de 2019 a 2024, artigos disponíveis em português gratuitamente nos sites descritos acima, que abordem a temática e que estejam disponíveis na íntegra. Dessa forma, foram excluídos os artigos duplicados, monografias, artigos incompletos, dissertações e aqueles que fujam da proposta do referido estudo. **Resultados e discussões:** É necessário entender que o acolhimento e o acesso às informações garantem o respeito à mulher em sua totalidade durante a escolha da via de parto. Nesse sentido, o enfermeiro é responsável pela melhoria da atenção ao parto e nascimento. E ainda, é fundamental compreender as características da qualidade do atendimento de enfermagem. **Conclusão:** Portanto, torna-se imprescindível o cuidado contínuo em razão das práticas de atendimento respeitosa e a redução de intervenções desnecessárias.

3749

Palavras-chave: Autonomia. Parto cesárea ou normal. Saúde da mulher.

¹Pós-graduada em psicopedagogia clínica e institucional-FAVENE, graduada em pedagogia/geografia-UFCG, graduanda do curso de enfermagem-UNIFSM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0139546965295361>.

²Docente do Centro Universitário Santa Maria. Mestre em enfermagem-UFCG, doutoranda em gestão de recursos naturais. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4810493479931154>.

³Docente do Centro Universitário Santa Maria. Especialista em docência do ensino superior-UNIFSM. Graduada em enfermagem-UNIFSM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5519005644690592>.

⁴Graduanda em enfermagem-UNIFSM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5519005644690592>

⁵Graduanda em enfermagem-UNIFSM. Graduada em pedagogia-FASP.

⁶Docente do Centro Universitário Santa Maria. Mestre em enfermagem-UEPB. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3118694417234531>.

I INTRODUÇÃO

A escolha da via de parto, seja parto normal ou cesárea, é uma decisão que deveria envolver a autonomia da mulher, baseada em informações adequadas e no respeito às suas preferências. A diretora do Escritório do Fundo das Nações unidas para a População - UNFPA, em Genebra, Mônica Ferro (2021), relaciona a autonomia reprodutiva ao direito das mulheres de tomar decisões conscientes sobre sua saúde e corpo, um princípio fundamental na promoção dos direitos humanos e da igualdade de gênero

O Ministério da Saúde enfatiza a importância de respeitar a autonomia da mulher na escolha da via de parto, promovendo práticas que priorizem a segurança e a humanização no atendimento obstétrico. A política de atenção ao parto e nascimento no Brasil, estabelecida pelo Ministério da Saúde, incluem diretrizes para garantir que a decisão sobre a via de parto seja tomada de maneira informada e respeitando os desejos da mulher, sempre que possível (Brasil, 2022).

Além disso, o artigo 3 do Projeto de Lei N.º 3.635, de 2019, “Nas maternidades, nos hospitais que funcionam como maternidades e nas instituições afins, será afixada placa com os seguintes dizeres: “Constitui direito da parturiente escolher a via de parto, normal ou cesariana, a partir da trigésima nona semana de gestação” (Brasil, 2019). Nesse contexto, é possível compreendermos que, o projeto de Lei, garantirá a autonomia da gestante em decidir como deseja dar à luz, informar sobre seus direitos, e prioriza a humanização do parto, promovendo práticas respeitosas e centradas na mulher no contexto obstétrico. Mas, é importante destacar que, embora o direito seja assegurado, a decisão precisa considerar a saúde da mãe e do bebê e ser discutida com o médico responsável.

3750

De acordo com dados do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos- SINASC (Brasil, 2024), no Brasil, entre o período de 2018 a 2024, a média de partos que ocorreram por via vaginal foi de 43,99% e por cesariana foi de 55,94%. Evidenciando que o número de cesáreas permanece superior à taxa de 10% a 15% preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

De acordo com Rocha (2022), a escolha da via de parto começa nas primeiras consultas das gestantes, no pré-natal, quando surgem diversas dúvidas sobre a hora do parto. É crucial que

a gestante seja bem orientada tanto pela enfermeira que realiza o pré-natal quanto pelo médico obstetra que irá avaliar e orientar a gestante sobre a via de parto mais adequada para a gestante.

O foco na autonomia permite que as mulheres tenham um papel ativo nas decisões sobre seu corpo e o nascimento de seus filhos, contribuindo para experiências mais positivas e para a melhoria dos desfechos de saúde. Rocha (2022), destaca que é importante destacar o papel e as contribuições da enfermagem na escolha da via de parto, e como isso torna-se fundamental para promover a autonomia das mulheres e apoiá-las nesse processo de tomada de decisão informado e baseado em evidências.

No entanto, vários fatores podem influenciar essa autonomia, como práticas hospitalares, intervenções médicas desnecessárias, falta de informação adequada e pressões sociais (Pereira; Rech; Morini, 2020). A escolha do tema “autonomia das mulheres na escolha da via de parto” é justificada pela sua relevância para a saúde pública e pelos direitos reprodutivos das mulheres. Essa temática é essencial para compreender como as decisões sobre o parto são influenciadas por fatores sociais, culturais, econômicos, pelo sistema de saúde, e para promover um atendimento obstétrico que respeite as escolhas e o bem-estar de todas as mulheres.

3751

Diante disso, o estudo partiu do seguinte questionamento: será que as mulheres têm de fato autonomia na escolha da via do parto? Para tanto, o artigo foi subdividido em etapas que nos auxiliou para melhor responder esse questionamento de tamanha relevância para as mulheres.

2 METODOLOGIA

Este artigo teve como questão-norteadora a investigação sobre a autonomia das mulheres na escolha da via do parto, considerando a relevância desse tema para a saúde materna. Foram apresentadas uma análise dos estudos disponíveis nos sites da Biblioteca Virtual da Saúde - BVS e na Scientific Electronic Library Online - Scielo, a fim de contribuir para a compreensão e discussão sobre a temática da escolha da via do parto e a autonomia das mulheres nesse processo.

Dessa forma, o presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Conforme Souza, Silva e Carvalho (2010) para o processo de elaboração da revisão integrativa

é necessário seguir algumas fases que são: a primeira fase é a elaboração da pergunta norteadora; a segunda fase consiste na busca de dados e os critérios de amostragem; a terceira fase é definida pela coleta de dados, nesse caso, extrair as informações importantes para o estudo dos artigos selecionados; a quarta fase será realizada uma análise crítica dos estudos incluídos mediante o delineamento do estudo; a quinta fase corresponde a discussão dos resultados, isto é, interpretação e síntese dos resultados obtidos, e por último a sexta fase caracteriza-se pela apresentação da revisão integrativa em relação às informações pertinentes e o detalhamento do conhecimento produzido.

Em conformidade com a temática o estudo seguiu a pergunta norteadora: será que as mulheres têm de fato autonomia na escolha da via de parto?

Nesse sentido, realizou-se a coleta de dados entre os meses de fevereiro a março de 2025. As bases de dados utilizadas foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO), de forma integrada ao Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), utilizou-se de dois descritores ('Trabalho de parto' e 'parto'), e ainda, o uso de seus sinônimos ('liberdade de parto', 'parturiente', 'nascimento', 'parturição'). Dispondo-se de ampliação na investigação pelos estudos,

 3752 delimitados pelos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) associados ao booleano and. com a intenção de alcançar uma visão contextualizada relacionada à temática.

Para a inclusão dos artigos, foram utilizados os seguintes critérios: artigos publicados entre os anos de 2019 a 2024, em português, que estejam disponíveis na íntegra. Após analisar os títulos e os resumos. Foi necessário excluir artigos repetidos nas bases de dados, monografias, artigos incompletos e aqueles que não sejam relevantes para o objetivo do estudo.

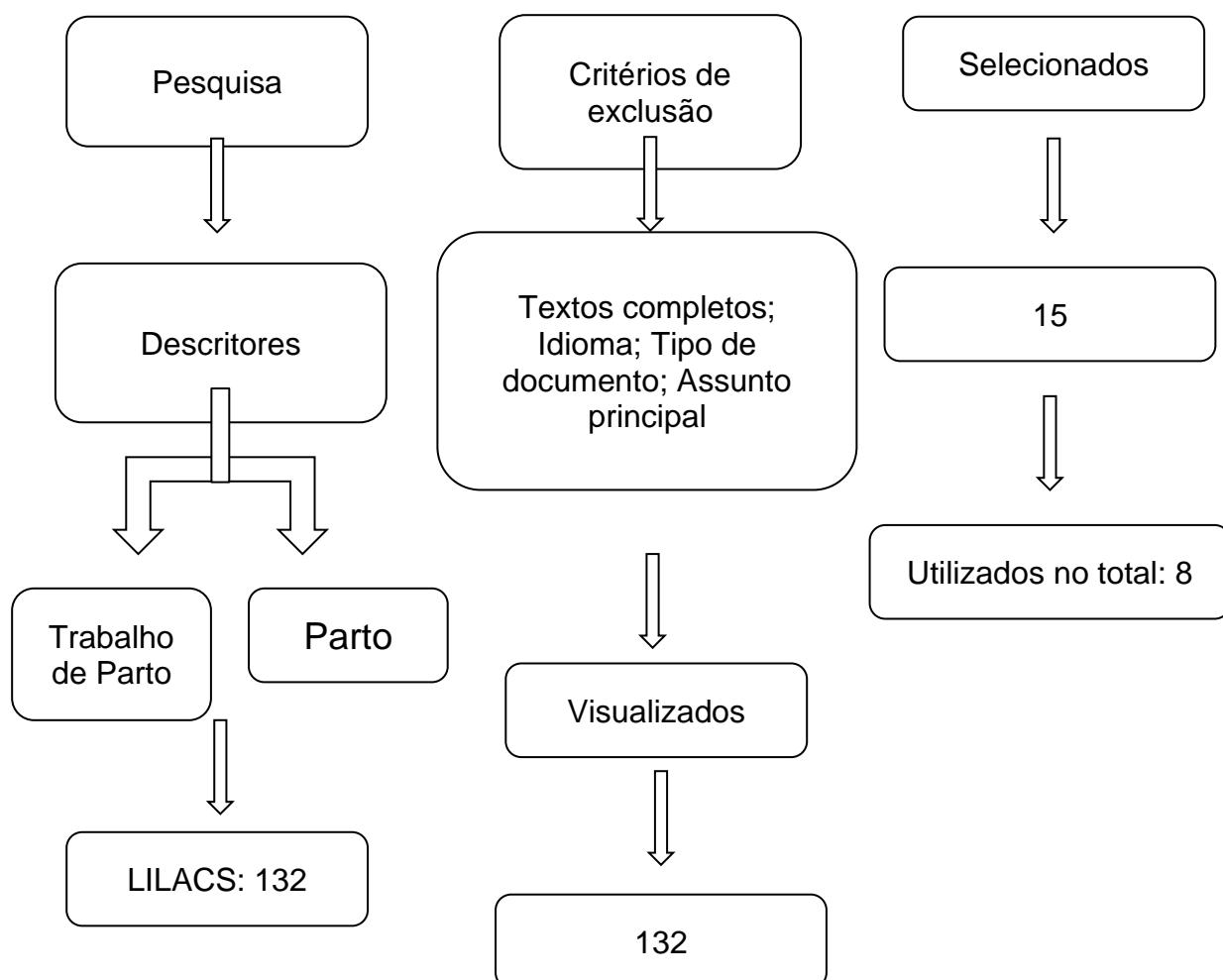
Em conformidade com as indicações para a coleta dos dados foram encontrados 132 artigos, dos quais, restaram 15 artigos para a leitura e a seleção. Logo, foram selecionados 8 artigos que realmente se adequam ao esperado para a construção desse estudo, em seguida, analisados e agrupados em formato de quadro com colunas que destacam os critérios empregados para a inclusão destes no referido estudo a fim de que possa colaborar com a discussão.

É importante salientar que esta pesquisa assegurou o respeito no uso dos resultados das pesquisas disponíveis, apesar de não ter sido submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa, uma vez

que se trata de uma revisão integrativa da literatura. Portanto, o estudo atendeu aos princípios científicos aceitos.

Por fim, na figura 1, a seguir, organizamos o fluxograma da pesquisa, no qual apresenta a sequência das etapas para o desenvolvimento desta revisão de literatura.

Figura 1- Fluxograma metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

3 RESULTADOS

Após a pesquisa, foram escolhidos oito (8) artigos que atenderam aos critérios de inclusão predeterminados na construção desse trabalho, os quais estão dispostos em uma tabela.

Quadro 1- Resultados da análise sobre a autonomia das mulheres na escolha da via de parto

CÓDIGO	TÍTULO	AUTOR(ES) ANO	OBJETIVO	PERIÓDICO	PRINCIPAIS RESULTADO S
A ₁	Escolhas das mulheres no processo de parto: revisão integrativa	Honnef <i>et al.</i> (2019)	Identificar as evidências científicas nacionais acerca das escolhas das mulheres no processo de parto e os aspectos que as influenciam.	Ciênc. saúde cuid.	Foi possível depreender que estão atreladas à expectativa de um processo de parto em que seja ampliado o acesso à informação, por meio de visitas domiciliares, participação em grupos de gestantes e durante as próprias consultas médicas ou de enfermagem, tendo em vista a autonomia feminina no processo de parto.
A ₂	Assistência ao parto e nascimento sob a ótica de puérperas atendidas em uma maternidade pública	Morais <i>et al.</i> (2019)	Analizar a assistência ao parto e nascimento sob a perspectiva de puérperas atendidas em uma maternidade pública.	Revista de Enfermagem da UFSM	O estudo revelou que as puérperas atendidas em uma maternidade pública enfrentam falta de assistência humanizada, insatisfação com o atendimento e pouca informação sobre os benefícios do parto normal. Relataram tratamento impessoal, falta de suporte emocional e desconhecimento de seus direitos. O artigo destaca a necessidade de um atendimento mais acolhedor e informado, reforçando a importância da humanização do

					parto.
A3	A escolha da via de parto e a autonomia das mulheres no Brasil: uma revisão integrativa	Rocha, Ferreira (2020)	Apresentar e discutir quais os determinantes e como ocorre a escolha da via de parto, levando em conta o direito de autonomia das mulheres.	Rev. Saúde debate	O estudo mostra que a autonomia das mulheres na escolha do parto no Brasil é limitada por influência médica, mitos culturais, desigualdade social e falhas na implementação de políticas de humanização. A cesariana ainda é muitas vezes incentivada sem necessidade, e a informação sobre o parto normal precisa ser fortalecida.
A4	Barreiras à implementação de recomendações ao parto normal no Brasil: a perspectiva das mulheres	Vidal, Barreto, Rattner. (2020)	Identificar barreiras à implementação das diretrizes de assistência ao parto normal no Brasil sob a perspectiva das mulheres.	Rev Panam Salud Publica.	O estudo aponta para a necessidade de reflexão sobre as políticas e práticas de saúde direcionadas à assistência ao parto e nascimento, considerando como os diferentes atores se inserem nessa dinâmica e compreendendo os limites e potencialidades da atenção à saúde desse grupo específico.
A5	Práticas sociais do parto e do nascer no Brasil: a fala das puérperas	Leal <i>et al.</i> , (2021)	Analizar as opiniões de um grupo de mulheres sobre a atenção recebida em maternidades vinculadas ao Programa Rede Cegonha, do Ministério da	Rev. Cienc saude colet (impr) / Cienc saude colet (online)	Este estudo analisa as opiniões de mulheres sobre a atenção recebida em maternidades vinculadas ao Programa Rede Cegonha, destacando temas como o relacionamento

			Saúde.		entre puérperas e equipe de saúde, direito à informação, presença do acompanhante e qualidade dos serviços hospitalares.
A6	Práticas discursivas acerca do poder decisório da mulher no parto	Mauadie <i>et al.</i> (2022)	Analisar o poder decisório da mulher no parto expresso nas práticas discursivas de enfermeiras e médicos residentes da área de obstetrícia.	Interface - Comunicação, Saúde, Educação (botucatu, online)	Apesar de a medicalização permanecer como o discurso da “verdade” na obstetrícia, a política de humanização do parto valoriza o protagonismo feminino e constitui a subjetividade materna ativa, mas tenciona a autoridade profissional e incita atitudes de resistência, especialmente entre os médicos.
A7	Fatores que influenciam a decisão da via do parto	Rodrigues, <i>et al.</i> (2022)	Verificar os fatores que influenciam a parturiente na decisão da via de parturição e identificar a preferência da via de parto em uma próxima gestação.	Rev. científica estadual saúde pública de goiás cândido santiago	Independente da preferência da via de parto, diante do conflito da decisão, o profissional de enfermagem pode prestar assistência à parturiente encorajando a e esclarecendo suas dúvidas acerca das vias de parto, permitindo, assim, que o momento da parturição seja vivenciado de forma tranquila e satisfatória.

A8	Aspectos relacionados às preferências e vivências das mulheres perante as vias de parto.	Reis <i>et al.</i> (2022)	Analizar as preferências e vivências das mulheres perante as vias de parto	Enferm Foco	Ambas as vias de parto, seja cesariana ou normal, podem e devem ser humanizadas, respeitando a mulher e seu corpo. Os sentimentos e experiências das mulheres durante o nascimento de seus filhos, serão conforme a vivência durante todo o pré-natal, trabalho de parto e parto.
----	--	---------------------------	--	-------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

DISCUSSÃO

Uma boa maneira de entendermos o vínculo entre a autonomia das mulheres e a escolha da via de parto é analisar as concepções deste acerca da temática saúde materna. De fato, a promoção dos direitos reprodutivos é o espaço que possibilita a garantia da escolha da via de parto, e reafirma a promoção da saúde materna.

3757

Diante disso, faz-se necessário mencionar que o conceito de escolha é destacado nessa discussão em razão da sua importância para o cuidar na e para a maternidade e a garantia do protagonismo feminino, frente à tomada de decisões, e ainda, a participação ativa nesse processo. Nessa direção, é preciso sublinhar que, a atitude dos enfermeiros, na verdade, as boas práticas garantem o respeito à mulher em sua totalidade. Trata-se do acesso às informações e do acolhimento dos profissionais para garantir a segurança e bem-estar durante esse processo (Honoref *et al.*, 2019).

Assim dito, uma primeira aproximação que podemos destacar com relação à assistência ao parto é a experiência única vivenciada pela mulher, o que nos permite enaltecer a significância psicológica que cada mulher constrói nesse processo. Com isso, percebemos que o parto não é somente fisiológico, pressupondo qualidade no atendimento da equipe de enfermagem, tendo em vista as necessidades subjetivas (Morais *et al.*, 2019).

Dessa forma, Rocha e Ferreira (2019), reafirmam que a qualidade do atendimento enfatiza a relação paciente-médico, enquanto fator fundamental para determinar a escolha da via de parto. Porém, das críticas às interpretações acerca do saber técnico, resta ainda o estigma do não saber da mulher, fato pelo qual pode-se ressaltar a necessidade de assegurar a promoção e educação em saúde quanto ao parto durante a gestação. Outra questão a se considerar é o perfil socioeconômico das mulheres e os aspectos predominantes de cada serviço - público ou privado e suas disparidades.

É a partir dessa compreensão que queremos pensar um pouco a respeito das dificuldades relacionadas à formação e cultura profissional que corresponde a centralidade dos médicos, e não das mulheres; a cultura social diz respeito ao desconhecimento e falta de informações para a população, e ainda, às questões políticas e de gestão que envolve a vivência da exclusão, seja na remuneração dos profissionais, infraestrutura hospitalar ou até mesmo na fiscalização (Vidal; Barreto; Rattner, 2020).

Nessa perspectiva, discorrer sobre a melhoria da atenção ao parto e nascimento corrobora para as boas práticas do nascer, o que consideramos a garantia do direito social. Não podemos esquecer, contudo, que as mudanças na atenção à saúde materna envolvem assegurar o planejamento familiar e atenção humanizada no parto e nascimento. A partir disso, ressaltamos a necessidade de qualificar os serviços vinculados à saúde da mulher (Leal *et al.*, 2021).

3758

É nesse contexto que Mauadie *et al.* (2022), destaca a recorrência da prática discursiva de controle do risco pelos profissionais, ou seja, os discursos profissionais se baseiam na relação de poder e de controle para persuadir o comportamento das mulheres durante a parturição. A esse respeito, Rodrigues *et al.* (2022), se posicionam enfatizando a quantidade de cesarianas realizadas eletivamente, destacando não haver benefícios, torna-se uma atitude prejudicial, especificamente no que concerne à saúde materno-infantil.

Como vimos, a qualidade do atendimento da equipe de enfermagem é percebida como um dos fatores mais importantes durante a escolha da via de parto. Podemos enunciar que o momento do parto é diferente para cada mulher, e como experiência distinta, de mulher para mulher, de instituição e profissional, contam e possibilitam um momento desafiador. Portanto,

é necessário caminhar nessas direções: respeito, acesso e exercício da cidadania (Reis *et al.*, 2022).

CONCLUSÃO

A autonomia das mulheres na escolha da via de parto é um direito fundamental que deve ser garantido por meio de políticas de saúde inclusivas e práticas de atendimento respeitosas. A revisão da literatura evidenciou que, embora existam barreiras significativas para essa autonomia, também há oportunidades para intervenções que promovam um ambiente mais favorável à tomada de decisões informadas pelas mulheres. Investir na educação das mulheres e no treinamento dos profissionais de saúde é crucial para garantir que as decisões sobre a via de parto sejam baseadas em evidências e no respeito às preferências individuais.

A partir do estudo, foi possível compreender que a atuação da enfermagem é crucial para empoderar as mulheres na escolha da via de parto, e acompanhamento na hora do parto, garantindo que suas decisões sejam respeitadas e baseadas em informações claras e precisas. Essa abordagem promove a saúde materna e neonatal integralmente, centrada nas necessidades e desejos da mulher, o que é um componente-chave para melhorar os desfechos de saúde e a satisfação com a experiência do parto.

Portanto, estudar e discutir a autonomia das mulheres na escolha da via de parto é fundamental para aprimorar as práticas de cuidado obstétrico, reduzir intervenções desnecessárias e garantir que os direitos das mulheres sejam respeitados no processo de parto e nascimento.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Saúde atualiza diretriz nacional de assistência ao parto normal**. Brasília, 2022.
- BRASIL. Projeto de Lei n.º 3.635, de 2019. Dispõe sobre [tema do projeto de lei, se aplicável]. Art. 3. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- FERRO, Mônica. O meu corpo me pertence. Nações Unidas. **ONU NEWS - Perspectiva Global Reportagens Humanas**, online, disponível em: Metade das mulheres sem autonomia sobre próprio corpo, diz estudo feito em 57 países | ONU News, abril de 2021.

HONNEF, Fernanda.; ARBOIT, Jaqueline; PAULA, Cristiane Cardoso de; PADOIN, Stela Maris de Mello. Escolhas das mulheres no processo de parto: revisão integrativa. *Ciência, Cuidado e Saúde*, [S. l.], v. 18, n. 4, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1120051>. Acesso em: Acesso em: 11 mar. 2025.

LEAL, Neide Pires; VERSIANI, Maria Helena; LEAL, Maria do Carmo; SANTOS, Yammê Ramos Portella. Práticas sociais do parto e do nascer no Brasil: a fala das puérperas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 3, p. 941-950, mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/c8q3b3jhmnpHQftKxfJQBrm/?lang=pt>. Acesso em fev. 2025.

MAUADIE, Rejane Araújo; PEREIRA, Adriana Lenho de Figueiredo; PRATA, Juliana Amaral; MOUTA, Ricardo José Oliveira. Práticas discursivas acerca do poder decisório da mulher no parto. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 26, p. e220103, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.220103>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MORAIS, Jocasta Maria Oliveira; DANTAS, Sibele Lima da Costa; PAZ, Bruna Silva do Nascimento; BEZERRA, Sabrina Maria de Matos. Assistência ao parto e nascimento sob a ótica de puérperas atendidas em uma maternidade pública. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 9, e2, 2019. DOI: 10.5902/2179769228225. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/28225>. Acesso em: 15 mar. 2025.

REIS, Thaise Haussen; LOHMANN, Paula Michele; COSTA, Arlete Eli Kunz da; LASTE, Gabriela. Aspectos relacionados às preferências e vivências das mulheres perante as vias de parto. *Enfermagem Foco*. 2024;15:e-202446. Disponível em: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.e-202446>. 3760

ROCHA, Nathalia Fernanda Fernandes da; FERREIRA, Jaqueline. A escolha da via de parto e a autonomia das mulheres no Brasil: uma revisão integrativa: uma revisão integradora. *Saúde em Debate*, [S. l.], v. 44, n. 125, abr-jun, p. 556-568, 2022. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/2793>. Acesso em: 11 mar. 2025.

RODRIGUES, Queliane Gusmão; GUSMÃO, Karine; NASCIMENTO, Lais Cardoso de; ARAÚJO, Lilhian Alves de; Mota, Elias Emanuel Silva, CAMISÃO, Agnes Raquel. Fatores que influenciam a decisão da via do parto. *Ver. Cient. Esc. Estadual Saúde Pública Goiás "Cândido Santiago"*. [S. I], v. 8, n. 800005, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22491/2447-3405.2022.V8.800005>. Acesso em: 11 mar. 2025

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 13 mar. 2025.

VIDAL, Ávila Teixeira; BARRETO, Jorge Otávio Maia; RATTNER, Daphne. Barreiras à implementação de recomendações ao parto normal no Brasil: a perspectiva das mulheres. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 44, e164, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2020.v44/e164/>. Acesso em: fevereiro de 2025.